



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

AVALIAÇÃO ESCOLAR:
Entre a aprovação e a reprovação

Glaucilene Torres Arruda Barreto

Professora-orientadora Msc.Enilvia Rocha Morato Soares
Professora monitora-orientadora Dr^a. Edileuza Fernandes da Silva

Brasília - DF, 18 de Maio de 2013

Glaucilene Torres Arruda Barreto

**AVALIAÇÃO ESCOLAR:
Entre a aprovação e a reprovação**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientado Msc.Enilvia Rocha Morato Soarese da Professora orientadora Dr^a. Edileuza Fernandes da Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO

Glaucilene Torres Arruda Barreto

**AVALIAÇÃO ESCOLAR:
Entre a aprovação e a reprovação**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Msc.. Enilvia Rocha Morato Soares
(Professora Orientadora)

Dr^a. Edileuza Fernandes da Silva
(Monitora Orientadora)

Prof^a. MestraVânia Leila de Castro Nogueira

(Examinadora externa)

Brasília- DF, 18 de maio de 2013

Dedico este trabalho aos meus filhos Victor Hugo Torres Barreto e Asafe Torres Barreto; ao meu esposo Romildo Rodrigues Barreto que nos momentos de dificuldade e estudos eles compreenderam a minha ausência como mãe e esposa. Em especial a minha mãe Guilhermina Torres Arruda que apesar de nos criar com muita dificuldade, quando eu pensava em desistir ela me incentivava a continuar.

A Deus, que me sustenta e me renova a cada manhã. Aos meus pais pelo amor, carinho e exemplo de vida. Aos educadores que com carinho e atenção me estimulou a prosseguir e alcançar essa jornada. Enfim a minha orientadora Enilvia Rocha Morato Soares pela sua dedicação e paciência.

“Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo”.

Cipriano Carlos Luckesi

RESUMO

O presente trabalho foi produto de uma pesquisa realizada com alunos e a professora de uma turma do 5º do Ensino Fundamental de um colégio público da cidade de Padre Bernardo-GO. O processo investigativo foi realizado com o objetivo de analisar o entendimento dos sujeitos participantes do estudo sobre a avaliação escolar, bem como a relação entre o modo de avaliar da docente interlocutora do estudo e a aprovação ou reprovação dos estudantes. O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa das informações que foram levantadas em campo por meio de questionários aplicados à professora interlocutora do estudo e os seus alunos. Os resultados do trabalho desvelaram que, tanto a professora quanto os alunos não tinham uma clara compreensão acerca do caráter formativo da avaliação, associando-a a simples verificação das aprendizagens e/ou obtenção de notas. Percebeu-se ainda que, tanto a professora quanto os alunos atribuíam a eles próprios a responsabilidade por sua reprovação, eximindo a escola do seu papel de ensinar.

Palavras-chave: Avaliação; Aprovação; Reprovação.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. A escolha do objeto de estudo.....	11
2. A Avaliação escolar e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.....	13
3. Funções da avaliação.....	18
4. Procedimentos Metodológicos.....	24
5. Análise dos dados levantados em campo.....	27
5.1 Avaliação e o cotidiano escolar.....	27
5.2 Avaliação como instrumento de mediação da aprendizagem.....	29
5.3 Análise da concepção dos alunos sobre a prática avaliativa.....	32
5.4 A influência da avaliação sobre o comportamento dos alunos.....	35
5.5 Por que a maioria dos alunos se culpa pela sua reprovação?.....	37
Conclusão.....	40
Referências Bibliográficas.....	43
Apêndice A – Questionário aplicado à professora.....	45
Apêndice B – Questionário aplicado aos alunos.....	47

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, cujo tema trata da avaliação escolar, incluindo a aprovação e a reprovação dos estudantes, decorre da exigência para conclusão do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica e a obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica, pela Universidade de Brasília-UnB foi conduzida sob a orientação das professoras Dra. Edileuza Fernandes da Silva e da Professora orientadora Mestre Enilvia Rocha Morato Soares.

O tema foi escolhido devido à grande dificuldade em estudar demonstrada, pelos alunos do 5º ano com os quais trabalhei ao longo da minha vida escolar. A avaliação escolar tem um papel fundamental no processo educativo e, dependendo do modo como é conduzida, pode contribuir para a aprovação ou reprovação dos alunos. É possível verificar que muitos professores ainda se utilizam de práticas autoritárias e punitivas para avaliar o aluno. Embora a sociedade esteja passando por um processo de modernização, várias escolas e professores ainda continuam utilizando um processo avaliativo arcaico e classificatório. A fim de evitar que isso ocorra, a avaliação deve ser tema de discussões e reflexões pelo coletivo da escola e constituir o seu Projeto Político Pedagógico.

Para o desenvolvimento de uma prática avaliativa formativa, é essencial que o docente avalie, não só os estudantes, mas também a forma como ensina, os métodos que utiliza e o próprio processo de avaliação. Esse repensar irá possibilitar uma reorganização do trabalho desenvolvido em sala de aula para que haja uma melhoria no processo educativo e para que a prática avaliativa deixe de ser utilizada como instrumento de classificação para a aprovação ou reprovação dos estudantes.

A prática avaliativa classificatória, punitiva e coercitiva prejudica a construção do conhecimento crítico-criativo do aluno, constituindo uma aprendizagem deficiente, além de contribuir para a formação de sujeitos temerosos de expor idéias a fim de evitar punições comumente impostas pelo processo avaliativo. Por outro lado, uma avaliação constante, consciente e democrática possibilita a construção do conhecimento de forma plena, auxiliando a formação de cidadãos críticos e participativos. Dessa forma, o

professor deve ter o cuidado de avaliar de modo que permita aos educandos a construção de uma aprendizagem participativa e significativa. O processo avaliativo deve, portanto, estimular o crescimento do aprendiz desenvolvendo sua capacidade crítico-reflexiva.

Para isso, o docente deve possibilitar aos educandos participar do processo de aprendizagem, inclusive conhecer as regras da avaliação, de forma que atuem como sujeitos ativos nesse processo e não apenas como meros receptores de informações. A aprovação e a reprovação não devem ser vistas como resultado apenas do esforço do aluno para aprender ou não, mas também como reflexo de falhas no processo de ensino-aprendizagem, que precisam ser revistas e retomadas. Espera-se que, os resultados obtidos nesta pesquisa possam contribuir nesse sentido, oferecendo subsídios e elementos que estimulem novos saberes e fazeres na escola e em sala de aula.

1. A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO

A escolha desse tema de pesquisa foi motivada pela vivência de situações ao longo de minha trajetória profissional como educadora. Trabalhei por cinco anos com turmas de 5º ano e as experiências vivenciadas nesse período me levaram a acreditar que nessa fase de escolaridade os alunos têm acentuadas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, pois os conteúdos ministrados se tornam difíceis tanto para concluir essa série como para avançar para os anos finais do Ensino Fundamental. Desse modo, essa é uma etapa escolar em que a docente necessita acompanhar o aluno sistematicamente visando a construção do conhecimento de forma efetiva.

Observei ainda como professora do 5º ano escolar que a avaliação é, em grande parte, realizada por meio de testes, provas e trabalhos. Esse modo tradicional de avaliar deixa de considerar o aluno como um todo e tem como finalidade principal a classificação e a seleção dos alunos, servindo à discriminação e à exclusão. Desvirtua-se, desse modo, de seu papel precípua de promover a aprendizagem de todos.

Percepções como essas me levaram a questionar: Qual a concepção de avaliação da professora e dos alunos de uma turma de 5º ano do ensino fundamental de uma instituição pública de ensino do município de Padre Bernardo? Qual a relação entre o modo de avaliar dessa docente e a aprovação ou reprovação dos estudantes?

Visando buscar respostas a esses questionamentos, foi definido como objetivo geral do estudo analisar a concepção de avaliação da professora e dos alunos de uma turma de 5º ano do ensino fundamental de uma instituição pública de ensino do município de Padre Bernardo, bem como a relação entre o modo de avaliar da docente e a aprovação ou reprovação dos estudantes.

Para melhor organização dos trabalhos tracei como objetivos específicos:

- Analisar o entendimento de avaliação da professora e dos alunos participantes do estudo;

- Conhecer os instrumentos utilizados pela professora colaboradora da pesquisa para evidenciar essas aprendizagens;
- Analisar a relação entre o modo de avaliar da professora participante do estudo e a aprovação ou reprovação de seus alunos.

Essa pesquisa possibilitou ainda, verificar a relação entre o entendimento da professora acerca da avaliação das aprendizagens e sua prática avaliativa em sala de aula. Identificou ainda se essa prática era consoante com a concepção de avaliação explicitada no Projeto Político-Pedagógico da escola ou era desenvolvida de forma individualizada e dissociada de reflexões a respeito da mesma.

1.2 AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

No meio educacional muito se tem discutido sobre a avaliação escolar como parte fundamental do processo educativo, ou seja, a avaliação realizada no âmbito da escola tem sido considerada com um tema de suma importância para o ensino atualmente. Nota-se que, o assunto é muito abrangente e que envolve, além de outros fatores, os procedimentos, os instrumentos e processos usados para avaliar com o propósito de aprovar ou reprovar os discentes. Esses fatores costumam variar muito entre os professores, pois cada um deles tem sua maneira de avaliar e verificar o que considera ser necessário aos discentes para prosseguir para as séries seguintes. O que se tem percebido é que uma parte significativa dos professores e até mesmo dos estudantes ainda se encontram arraigados a práticas avaliativas conservadoras.

Esteban (2001) confirma esse pressuposto afirmando que “tanto alunos e alunas quanto professores e professoras estão aprisionados pela lógica seletiva da avaliação escolar, que não tem como objetivo o processo de conhecimento”. Ainda de acordo com a autora, o mundo está moderno e tudo está sendo modificado, mas as práticas avaliativas dentro das escolas continuam as mesmas; os educadores não conseguem desenvolver uma avaliação reflexiva e ficam presos ao sistema antigo, tradicional no qual só conseguem verificar o que o educando aprendeu por meio de exames cognitivos, sem analisar a realidade onde estão inseridos, sem motivá-los a aprenderem ou observar as habilidades que adquiriram, refletindo a cada instante o que os mesmos deveriam saber durante o período escolar.

Diante dessa situação, a avaliação se constitui sob uma nova perspectiva. Avalia-se o processo vivido, não apenas para observar os resultados obtidos em um determinado momento, mas o caminho percorrido ao longo de um determinado período. Desse modo, ela adquire uma função bastante produtiva no sentido de ser o indicador de caminhos a serem seguidos e buscar sempre avanços.

A avaliação representa um elemento importante da proposta pedagógica educacional e, sua discussão e planejamento devem concorrer

para a superação da prática classificatória, seletiva e autoritária que ainda se tem percebido em muitas escolas. Deve contemplar não apenas o processo de construção de conhecimentos por parte dos estudantes, mas também outros aspectos, como a organização do trabalho escolar, o currículo e a própria Proposta Educativa da Rede de Ensino, pois a avaliação deve ser um processo formativo e contínuo.

O artigo 24 da LDB confirma esse pressuposto quando estabelece que na avaliação da aprendizagem deva haver prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais. Segundo Paiva e Brugalli (2000), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), está propondo uma visão de avaliação contínua, constante e paralela aos processos de ensino e aprendizagem ao invés da avaliação anteriormente entendida como teste e realizada ao final do bimestre, trimestre e/ou semestre. Em outras palavras, a utilização de tarefas em momentos pontuais valendo “nota” para avaliar o rendimento escolar passou a fazer parte do cotidiano escolar de alguns alunos, reforçando o enfoque no produto da aprendizagem e não na construção do conhecimento. Contrário a essa prática, a avaliação deve ser realizada continuamente e, preferencialmente, expressa por meio de relatórios e pareceres descritivos a partir do feedback constante. Devem ser realizadas análises construtivas por parte do professor e dos próprios colegas visando a compreensão do conteúdo apresentado pelo professor.

A LDB sugere que seja buscado evidências de que o aluno realmente compreendeu o conteúdo proposto, conseqüentemente tais evidências extrapolam o lápis, o papel e a prova, bem como a nota despida de qualquer comentário construtivo por parte de colegas e professores. (PAIVA E BRUGALLI, 2000, p. 34)

Segundo Janssen (2002), algumas formas de avaliação são consideradas como instrumentos de exclusão. Há uma cultura que classifica e exclui os alunos, isto é, seleciona os melhores. Essa é uma visão classificatória e punitiva, que controla a conduta comportamental e cognitiva do aluno. Ele acredita que essa cultura pode ser mudada desde que o professor compreenda que a prática avaliativa não está desassociada do contexto do trabalho pedagógico. Não adianta querer mudar o processo avaliativo, sem mudar

também o trabalho pedagógico e as condições de trabalho em que este se encontra inserido.

Para Janssen (2002), os instrumentos de avaliação devem atender a uma multiplicidade de conteúdos e à dimensão do sujeito ao avaliá-lo. O aluno não deve ser avaliado apenas no aspecto cognitivo, mas em sua integralidade. Ao avaliar os estudantes, está sendo questionada a forma adotada para ensiná-los e estar pautada em critérios e objetivos definidos buscando avaliar o educando de forma holística a fim de conhecer suas reais condições de aprendizagem. Quanto mais o professor conhece os instrumentos e procedimentos pelos quais os alunos aprendem, maior será sua possibilidade de intervir pedagogicamente de maneira mais adequada junto a esses sujeitos.

O professor não deve planejar pensando em um aluno ideal, mas sim no contexto real de sua sala de aula, para isso se faz necessária uma avaliação diagnóstica, que dirá quem são os educandos, qual sua perspectiva histórica e cognitiva, e para saber se o aluno aprendeu de acordo com os objetivos previstos no planejamento. Além disso, essa prática permite ao professor identificar os instrumentos/procedimentos mais adequados para a avaliação de seus alunos. Evidencia-se também, a importância da realização de uma avaliação reguladora por parte dos estudantes, para que se auto-avaliem e auto-regulem a fim de encontrar caminhos rumo ao avanço de suas próprias aprendizagens.

Avaliação somativa expressa uma atuação em um tempo pedagógico determinado para que o professor possa repensar sua prática pedagógica e dar seu parecer sobre o aluno através dos instrumentos avaliativos, criando situações nas quais o aluno resolva, levando-o a descobrir e utilizar o que ele sabe para construir o que eles não sabem. O professor não deve subtrair conteúdos, nem deixar de ensinar, mas procurar ser flexível sem prescindir de uma boa fundamentação teórica, pois a educação não é improvisação, é intencionada e planejada.

Portanto, durante esse processo, o educador não deve fazer do erro motivo de castigo. Caso assim proceda, o aluno deixa de criar hipóteses, de se arriscar com medo de ser punido. Com isso, o professor estará contribuindo para a formação de pessoas omissas, não críticas e pouco criativas. É preciso estimular o aluno a continuar tentando superar suas dificuldades, favorecendo

o seu crescimento como aprendiz e como pessoa, fazendo-o sentir-se seguro e confiante, desenvolvendo sua capacidade crítica, estimulando sua autonomia.

Luckesi (1998) define avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a prática avaliativa constitui, por si, um ato acolhedor, interativo e inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é o ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então ajuizar a sua qualidade e dar-lhe suporte de mudança, se necessário.

A utilização de provas e exames com o objetivo de dar “notas” exclui parte dos alunos, por basear-se no julgamento e na classificação. Por outro lado, a avaliação pode incluí-los no processo educativo e, dessa forma, pode oferecer-lhes condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem. Pode-se então afirmar que, a avaliação deve ser acolhedora e inclusiva. Ainda de acordo com Luckesi (1998), o ato de avaliar, por sua vez não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois não se trata de um processo decisório. A avaliação se destina ao diagnóstico e por meio da mediação transforma promovendo a inclusão, a melhoria do ensino e da própria de vida. Constitui, portanto, um ato de afeto e de amor.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a concepção de avaliação vai além da avaliação tradicional, que tem como foco classificar o aluno, atribuindo-lhe nota ou conceitos. Segundo o documento citado, a avaliação tem a função de sustentar e orientar o trabalho pedagógico e deve acontecer contínua e sistematicamente visando a interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. A avaliação auxilia o professor com elementos para refletir sobre sua prática, para o planejamento de novas intervenções e também para a retomada de aspectos que devem ser revistos. Para o aluno, a avaliação deve ser um instrumento de conscientização do seu envolvimento na tarefa de aprender.

Os critérios de avaliação são importantes para o desenvolvimento da aprendizagem e devem considerar os objetivos, conteúdos propostos e cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos estudantes. Deve-se considerar ainda, os aspectos estruturais de cada realidade, como por

exemplo, as repetências, o ingresso tardio do aluno na escola ou mesmo o atendimento de turmas multiseriadas. Em suma, a avaliação nos Parâmetros Curriculares (1997, p.83) é compreendida como elemento integrador entre aprendizagem e o ensino, cujo objetivo é o ajuste da prática pedagógica.

Libâneo (2002), em seu estudo sobre a prática pedagógica dos professores das escolas públicas de São Paulo, reconhece que a avaliação da aprendizagem é o âmbito da ação pedagógica em que os professores são mais resistentes as mudanças.

Provas e exames implicam em julgamento, em conseqüente exclusão. A avaliação pressupõe acolhimento tendo em vista a transformação. As finalidades e funções das provas e exames são compatíveis com a sociedade burguesa por isso torna-se difícil realizar a avaliação na integridade do seu conceito no exercício de atividade educacionais sejam individuais ou coletivas. (Revista Ande, nº 32, Ano 2001).

A utilização de provas e exames sem um contexto avaliativo que tenha como objetivo promover as aprendizagens dos estudantes, ou seja, que tenha o objetivo apenas de atribuir notas, acabam contribuindo para excluir os discentes. Isso implica a necessidade da utilização de outros instrumentos/procedimentos avaliativos que, associados à realização de provas e exames, possam contribuir para conhecer o que foi ou não aprendido pelo alunos durante um determinado período, de forma contínua e processual.

3-FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO

Nos dias atuais a avaliação tem algumas funções diferenciadas como diagnosticar, verificando o que os alunos aprenderam e o que ainda não foi aprendido visando orientá-los de acordo com suas necessidades e, dessa forma, promover o progresso contínuo de suas aprendizagens.

Sant'anna (1998), classifica a avaliação em três modalidades distintas: diagnóstica, formativa e somativa.

Avaliação Diagnóstica

Segundo Sant'anna (1998), a avaliação diagnóstica envolve a discriminação, a classificação e a determinação do valor de algum aspecto do comportamento do aluno. Está relacionada à metodologia do diagnóstico e pode ser realizada de diferentes formas. Uma forma é determinar o grau em que o aluno domina os objetivos para iniciar sua aprendizagem. Outra forma é verificar se existem alunos que já possuem o conhecimento e as habilidades previstas. Por exemplo, se uma criança já sabe ler e escrever no nível de exigência da primeira série não tem sentido mantê-la nesta série, obrigando-a repetir o que já aprendeu. Outra forma é constatar interesses, possibilidades e necessidades, para individualizar os alunos em uma mesma classe. É possível constatar insuficiência de problemas específicos de aprendizagem dos estudantes. Esse modo requer muitas habilidades do professor.

Avaliação Formativa

Segundo Haydt,

A avaliação formativa permite constatar se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas(1995, p. 17).

A avaliação formativa é também a segunda modalidade de avaliação definida por Sant'anna (1998). Segundo a autora, ela é parte integrante do processo e contribui para que a maioria dos alunos alcance os objetivos

desejados. Nesta modalidade, os alunos e professores podem chegar ao objetivo proposto desde que tenham certeza de onde querem chegar e de como fazê-lo. Essa forma de avaliar afasta os efeitos indesejáveis e fáceis de ocorrer em consequência de julgamento subjetivo, como: sentimento de fracasso, perda da auto-estima e autoconfiança.

Avaliação Somativa

A avaliação somativa, segundo Sant'anna (1998), classifica os alunos ao final de uma unidade, semestre ou curso, de acordo com os níveis de aproveitamento expresso pelas notas ou conceitos, requer a definição de objetivos, mas em termos de conteúdos, e usam procedimento de medidas, como provas de dissertação, testes, objetivos, etc. A avaliação diagnóstica pode contribuir com a avaliação somativa porque através dela, o professor o verifica o conhecimento que os alunos trazem consigo, ou seja, o conhecimento prévio dos alunos para que possa planejar no sentido de preparar novas aprendizagens de acordo com a realidade deles. Isso significa que, por meio dessa avaliação, será determinado o modo como o docente pode planejar seu trabalho de modo que possa melhor atender os estudantes. Esse pode constituir um caminho rumo a uma avaliação formativa.

Avaliação Contínua

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a avaliação contínua do processo acaba por subsidiar a avaliação final. Se o professor acompanha o aluno ao longo do processo, pode saber que o aluno já aprendeu sobre o conteúdo trabalhado. Utilizar avaliação como recurso para o planejamento das atividades didáticas requer que não seja interpretada como momento estático, mas como um processo dinâmico e não linear de construção de conhecimento. É preciso que a perspectiva de cada momento da avaliação seja definida claramente para alcançar o máximo de objetividade possível. É importante considerar as diversas formas, instrumentos e situações, utilizando diferentes códigos, de forma a considerar as aptidões dos alunos que muitas vezes não dominam a escrita para expor um raciocínio mais complexo, ou

descrever um fato histórico, mas podem se expressar muito bem em diálogos, entrevistas ou debates.

Considerando essas preocupações o professor pode realizar a avaliação por meio de:

- Observação sistemática;
- Análise das produções dos alunos;
- Atividades específicas para avaliação.

Apesar de existirem várias formas de avaliar e considerando que essas podem ocorrer de forma articulada visando beneficiar os alunos, alguns docentes ao realizar esse processo, acabam limitando-se a acreditar que, se os discentes não conseguem média para passar de ano letivo, devem ser reprovados e para que no outro ano possam ter uma nova oportunidade de aprender. Esse é um pensamento que já deveria ter sido superado porque o que acontece na maioria das vezes é que os alunos ficam desmotivados e acabam desistindo de estudar; em alguns casos porque ficam fora da faixa etária dos outros colegas e às vezes por vergonha abandonam a escola, se sentindo excluídos.

Segundo Jacomini (2008) “as demandas trazidas pela democratização do acesso à educação têm exigido a conformação de um novo padrão de ensino e aprendizagem”. De acordo com a autora (idem), nessa nova forma de ensinar e aprender não cabe uma avaliação que tenha como principal objetivo a promoção ou a retenção dos estudantes. Como na escola ainda existe uma grande exclusão devido à reprovação, Jacomini (2008) acredita que através de mecanismos pedagógicos podemos superar essas reprovações e buscar meios de realizar uma educação para todos, ao invés de jogar a culpa nos discentes dizendo que não querem nada ou nos pais por não auxiliar os filhos em casa. Nesse sentido, é necessário que os reflitam sobre suas práticas pedagógicas, incluindo as avaliativas, e busque canalizar seu trabalho no sentido de viabilizar o que já está estabelecido legalmente, mas que nem sempre é respeitado: a educação é um direito de todos independente dos problemas pessoais ou dificuldades que vivenciam. O educador deve ainda buscar oferecer a todos, um ensino de qualidade respeitando cada um na sua individualidade. Desse modo, a escola deixa de ser uma mera reprodutora de uma educação

tradicional e excludente passando a centrar esforços para a construção de uma educação reflexiva, inclusiva e que conceba ao educando a oportunidade de atuar como sujeito de sua própria aprendizagem, favorecendo assim a construção de sua autonomia.

Segundo a resolução do CEE/CP (Conselho Estadual de Educação de Goiás) N.5, de 10 de junho de 2011:

Art. 89. Cada unidade escolar deve, obrigatoriamente, estabelecer, de forma circunstanciada e exaustiva no projeto político pedagógico, no regimento e no plano de gestão, as ações pedagógicas e as condições mais adequadas para assegurar o ingresso, a permanência, a promoção e o aproveitamento de estudos de cada educando.

De acordo com o artigo citado acima o projeto político pedagógico e o plano de gestão, devem ser estabelecidos pela escola garantindo melhor aproveitamento do aprendizado de cada educando. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem deve ser desenvolvida com o objetivo de favorecer essa aprendizagem, contribuindo assim, para a melhoria do processo educacional. A avaliação dos educandos a ser realizada pelos professores e a escola, como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, deve direcionar a ação pedagógica visando identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e criando estratégias para atender às necessidades dos discentes. Em outras palavras, deve promover condições de interagir para detectar dificuldades específicas de cada estudante.

Ainda de acordo com a resolução do CEE/CP (Conselho Estadual de Educação de Goiás) N.5, de 10 de junho de 2011:

Art. 93. O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e a participação do aluno nas atividades escolares; a capacidade de se apropriar dos conteúdos disciplinares inerentes à sua idade e série, visando à aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e interpretar e criar, a aquisição de atitudes e de valores indispensáveis ao pleno exercício da cidadania, a comunicação com os colegas, com os professores, com os agentes educativos e com a sociedade.

§1º O processo de avaliação escolar, obedecendo aos parâmetros contidos no caput deste artigo, deve ser definido e explicitado pela unidade escolar, em seu projeto político pedagógico e em seu regimento escolar.

§2º O processo de avaliação escolar exige a participação ativa da família, a ser constantemente informada dos resultados avaliativos e do desempenho do aluno.

§3º O processo avaliativo é responsabilidade não somente do professor da disciplina, mas de todos os docentes que ministram os componentes curriculares da área, reunidos em conselho de classe.

Art. 94. Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos educandos.

Parágrafo único. A análise do rendimento dos alunos com base nos indicadores produzidos por essas avaliações deve auxiliar os sistemas de ensino e a comunidade escolar a redimensionarem as práticas educativas com vistas ao alcance de melhores resultados.

Art. 95. Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser aliados à avaliação das escolas e de seus professores, tendo em conta os parâmetros de referência dos insumos básicos necessários à educação de qualidade para todos considerada as suas modalidades e as formas diferenciadas de atendimento como a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola e as Escolas de Tempo Integral.

Parágrafo único. A melhoria dos resultados de aprendizagem dos educandos e da qualidade da educação leva:

I - os Sistemas de Ensino a incrementarem os dispositivos da carreira e de condições de exercício e valorização do magistério e dos demais profissionais da educação e a oferecerem os recursos e apoios que demandam as escolas e seus profissionais para melhorar a sua atuação;

II - as escolas a uma apreciação mais ampla das oportunidades educativas por elas oferecidas aos educandos, reforçando a sua responsabilidade de propiciar renovadas oportunidades e incentivos aos que delas mais necessitem.

De acordo com os artigos 93,94 e 95 da resolução supracitada, o processo de avaliação da aprendizagem escolar deve auxiliar os discentes, capacitando-os de acordo com os conteúdos previstos para cada série e idade escolar. Este processo de avaliação deve estar em consonância com o PPP da escola.

Vale destacar que, para que constitua uma experiência exitosa o PPP da instituição de ensino deve ser construído com a participação dos educadores, discentes e comunidade escolar. Desse modo poderão juntos, trabalhar para a melhoria da qualidade do ensino. A partir da valorização do magistério e adoção de políticas públicas que incluam ofertas de cursos aos profissionais da educação e o provimento de recurso e apoio as escolas, poderia melhorar o trabalho docente através do qual alcançaria resultados positivos ao avanço das aprendizagens dos discentes.

A gestão da escola é fundamental nesse contexto e pode contribuir promovendo a participação ativa de pais, alunos e educadores. Pode auxiliar ainda mantendo estudantes e familiares informados sobre o desempenho de cada educando, procurando envolver a comunidade na elaboração e execução do projeto político pedagógico. Esse trabalho de envolvimento da comunidade por parte da gestão é previsto na Lei do Conselho Estadual de Educação (art 93,§1º e §2º) quando estabelece que “A equipe gestora da unidade escolar deverá repassar aos pais, ou aos responsáveis legais, informações sobre a freqüência e rendimento dos discentes, bem como socializar e acompanhar o projeto político pedagógico”.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi realizado por meio de uma abordagem predominantemente qualitativa dos dados levantados empiricamente no campo caracterizando uma pesquisa do tipo descritiva. Para a obtenção dessas informações foram utilizados três procedimentos: a observação da sala de aula, a análise documental e a aplicação de questionário.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Padre Bernardo-GO. O motivo da escolha dessa escola se justifica pelo fato de ser meu próprio local de trabalho, o que me possibilita maior acesso aos dados de pesquisa e a oportunidade de dar retorno do estudo em forma de contribuição com o trabalho da escola. A escolha do 5º ano também está relacionada à minhas vivências, uma vez que tenho cinco anos de experiência nesse período escolar e, portanto, onde pude perceber os problemas já especificados anteriormente.

A instituição atende alunos do 3º ao 9º ano do ensino fundamental sendo 02 turmas de 3º ano, 03 turmas de 4º ano, 03 turmas de 5º ano, 02 turmas de 6º ano, 02 turmas de 7º ano, 02 turmas de 8º ano e 01 turma de 9º ano, totalizando 437 alunos.

A equipe escolar é composta por: 01 diretor, 01 coordenador pedagógico, 02 coordenadores educacionais e 13 docentes. A pouca quantidade de docentes se deve ao fato de que a maioria trabalha com a carga horária que se chama “dobra”, ou seja, tem duas turmas de primário, ou uma turma de primário em um turno e no outro é professora de apoio de alunos de inclusão em uma série, ou sessenta horas no ginásio que se refere a 21 aulas no turno matutino e 21 aulas no turno vespertino.

O espaço físico da escola é composto por 07 salas de aula e outras 3 que se encontram em construção, 01 secretaria, 1 sala de direção, 01 sala de professores, 01 cantina, 02 depósitos, 01 pátio, 07 banheiros, 03 salas de aula, 01 biblioteca, 01 um laboratório de química que se encontra em construção, e 01 laboratório de informática que se encontra em construção. A unidade escolar empresta o prédio para uma escola estadual no turno matutino e no noturno. Como a unidade escolar está em reforma é alugado em outro local com 03 salas de aula. O estado de conservação da pintura do prédio está muito bom, mas a parte de instalação elétrica está ruim.

Os trabalhos empíricos no campo investigativo descrito iniciaram-se pela observação da escola, incluindo os recursos materiais e humanos existentes, procurando, com isso, conhecer o local da pesquisa e a atuação de seus atores. A observação efetivou-se de modo em especial na sala onde estuda a turma de 5º ano que se dispôs colaborar com o estudo.

Por meio da observação foram coletados os elementos necessários, relacionados à avaliação escolar e às práticas avaliativas dos atores sociais no ambiente escolar. Segundo Bogdan (1994) a pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa, pois os pesquisadores “Recorrem à observação empírica por considerarem que é em função de instâncias concretas do comportamento humano que se pode refletir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana”. (BOGDAN, 1994, p. 70)

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa que não prescinde de dados quantitativos que possam garantir maior objetividade e veracidade aos fatos estudados e a caracterizem como uma pesquisa do tipo descritiva. Para isso, se fez mister a análise, não apenas os dados levantados por meio da observação empírica, mas também a análise de documentos legais relacionados ao objeto de estudo e, portanto, considerados de interesse para a problemática da pesquisa. São eles: o Regimento Escolar (2011, p.19) e a Proposta Pedagógica (2012, p.18) da escola colaboradora do estudo.

Os referidos documentos foram escolhidos por explicitarem a forma como os alunos devem ser avaliados na rede de ensino, como é o caso do Regimento Escolar (2011) e as concepções e práticas avaliativas dos profissionais que trabalham na escola, presentes na Proposta Pedagógica da instituição (2012). A análise do material possibilitou comparar o que está proposto legalmente e o que de fato ocorre no cotidiano escolar, especialmente em sala de aula.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (SÁ-SILVA, Et al, 2009, p. 3)

Outro instrumento utilizado para levantamento de informações foi um questionário, que foi aplicado junto aos principais interlocutores da pesquisa, ou seja, à professora e aos 20 alunos da turma participante do estudo, todos eles na faixa etária entre 10 e 13 anos. Essa professora é formada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia e atua há dezoito anos que como docente. Foi escolhida considerando o tempo de serviço que ela atua com turmas de 5º ano e por gostar do trabalho com alunos desse período. Trata-se de uma profissional que demonstra ter amor pela profissão.

Foram utilizados dois diferentes questionários, sendo um deles à professora e o outro aos estudantes da turma envolvida na pesquisa. Tanto a professora como os alunos responderam individualmente ao questionário. Ambos foram elaborados com perguntas subjetivas construídas com o intuito de obter informações sobre o tipo de avaliação utilizada pela professora pesquisada para acompanhar o desempenho de seus alunos.

O uso do questionário é um importante método investigativo na análise de dados de uma pesquisa, uma vez que possibilita o levantamento de dados mais rigorosos em menor espaço de tempo, como requer esse estudo. Figueiredo (2009) confirma esse pressuposto quando afirma que:

Como vantagens da utilização do questionário como instrumento de coleta de dados, pode-se dizer que sua aplicação economiza tempo e obtém grandes números de dados, sem contar que atinge maior número de pessoas simultaneamente e que obtém respostas mais rápidas e mais precisas. (FIGUEIREDO, 2009, p.20)

A aplicação de questionários constituiu, portanto, parte da trajetória metodológica desse estudo pela possibilidade de contribuir para a construção de um resultado holístico para a pesquisa apresentada. Para que isso ocorra, também foram inseridos também a observação e a análise documental como procedimentos de levantamento de dados que vão contribuir para uma compreensão qualitativa da realidade estudada.

5. ANÁLISE DOS DADOS LEVANTADOS EM CAMPO

5.1 A AVALIAÇÃO E O COTIDIANO ESCOLAR

Além do acompanhamento da turma participante da pesquisa durante o ano de 2012 como coordenadora pedagógica da escola, atuei nesse mesmo sentido, a partir do mês de Abril, como pesquisadora. Observei a turma por um período de 20 horas. Costumava ficar na sala durante 2 horas por dia totalizando dez visitas na sala, devido à grande demanda de serviço na escola me impediu de ir além dessa quantidade. Segundo Ludke e André (1986, p. 26) “a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional e possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”. (1986, p.26)

Desde o primeiro momento de contato com a turma os alunos não estranharam a minha presença na sala devido ao fato de ser a coordenadora pedagógica da escola e, por isso, ter mantido um estreito contato com os mesmos durante o período em que costumava “tomar” leitura deles freqüentemente. Esse fator acabou propiciando um ambiente tranqüilo para as observações.

As aulas eram ministradas de acordo com o planejamento da professora, registrado em seu caderno, que era realizado quinzenalmente e continha os seguintes passos: objetivos, conteúdos, metodologia, recursos e avaliação. Em seguida eram registrados os roteiros diários com os conteúdos que iria trabalhar a cada dia da semana.

A professora passava muitas atividades escritas, sempre tirava as dúvidas individuais de cada aluno, gostava de desenvolver trabalhos em grupos e bastantes atividades diversificadas de produção de texto. Durante o desenvolvimento das atividades ela sempre buscava estimular a participação de todos os estudantes. Foi possível perceber que a professora era muito dedicada aos trabalhos com a turma e que demonstrava carinho pelos alunos. O tempo de observação me possibilitou verificar o quanto o pesquisador deve estar atento para realizar uma boa coleta de dados e o quanto esse trabalho depende da disponibilidade e participação dos colaboradores da pesquisa, nesse caso, da professora e dos alunos.

Apliquei o questionário à docente participante do estudo (apêndice A) em dezembro de 2012. O instrumento era composto de sete perguntas relacionadas à sua função como educadora, ao seu entendimento sobre a avaliação das aprendizagens dos educandos e à forma como costuma avaliar seus alunos no decorrer do ano letivo. A professora demonstrou segurança e não evidenciou nenhum grau de dificuldade para responder as questões.

Apliquei o outro questionário aos alunos (apêndice B) em dezembro de 2012. O referido instrumento continha nove perguntas sobre o que os estudantes entendiam sobre avaliação, para que ela servia se conheciam e gostavam da forma de como eram avaliados, se já haviam sido reprovados e se tinham horário para estudar em casa.

Inicialmente os alunos se mostraram inseguros para responder as questões, mas depois de algum tempo demonstraram tranquilidade ficando calmos e respondendo o que sabiam sobre os assuntos abordados.

5.2 A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Analisando as respostas do primeiro questionário aplicado à professora, observou-se que ela entendia a avaliação como um procedimento utilizado para conhecer o que havia sido aprendido pelos estudantes. É possível observar esse fato na afirmação que fez sobre avaliação “é um método utilizado para verificar a aprendizagem do educando”. A esse respeito, a docente acrescentou que a avaliação deve ocorrer de forma contínua durante as aulas. A declaração da professora indica que ela se preocupa em verificar se o aluno realmente aprendeu ou não o conteúdo que lhe foi ensinado, o que está de acordo com o disposto no artigo 24 inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB– 9394/ 96:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

De acordo com a Lei citada acima os resultados obtidos pelos alunos no decorrer do ano letivo devem ser observados e mais valorizados do que as provas finais do bimestre, porque a aprendizagem se torna essencial quando se conhece os alunos e suas necessidades.

Mesmo acreditando que a avaliação deva ocorrer continuamente, a professora declarou que “a avaliação serve para verificar a aprendizagem do aluno e que sua reprovação (dos estudantes) ocorre quando não há, por parte dele próprio, suficiente dedicação aos estudos”. Percebe-se com isso, que a docente demonstra ainda uma concepção de avaliação fortemente perpassada pelo viés classificatório. Quando a professora limita o papel da avaliação à averiguação do que foi aprendido pelo aluno, ela demonstra sentir-se isenta desse processo deixando de lado um dos principais aspectos que caracterizam uma avaliação formativa: a reorganização do trabalho pedagógico pelo professor no sentido de atender às necessidades evidenciadas pelos

estudantes. Segundo Lukesi (1998), a avaliação se destina ao diagnóstico e deve promover a melhoria do ensino. Desse modo, o diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos alunos só ganha sentido se houver, posteriormente, intervenções por parte do professor no sentido de corrigir as falhas sem benefício dos estudantes. Essa é também uma forma de o professor tornar-se co-responsável pelos resultados dos estudantes ao final do ano letivo, assumindo seu papel diante das aprovações e reprovações cuja a responsabilidade costuma ser atribuída somente ao aluno e/ou à sua família. Dessa forma, a avaliação deixa de ser concebida apenas como constatações pontuais do que foi apreendido pelo aluno durante e ao final do ano letivo, passando a constituir um recurso auxiliar da construção do conhecimento.

Com relação aos instrumentos e procedimentos utilizados para avaliar os alunos, a professora relatou que “utiliza meios diversificados para avaliá-los como trabalhos individuais e em grupos, provas, testes, produção de textos e debates”. É possível inferir que a quantidade de instrumentos utilizados pela professora demonstra ser significativo, o que pode contribuir para verificar, de modo mais apropriado, o que já foi e o que ainda não foi aprendido pelos estudantes. Vianna (2000) confirma esse pressuposto afirmando que “para cada forma específica de avaliar, exige-se uma diversidade de instrumentos correspondentes, inseridos numa sistemática, numa metodologia”. Segundo o autor, o professor deve usar instrumentos variados visando superar as dificuldades dos alunos.

A professora colaboradora do estudo era a pessoa responsável por definir os critérios que seriam usados para avaliar o conhecimento dos seus alunos, ou seja, as expectativas das aprendizagens que pretendia alcançar. No entanto, quando questionada quanto aos critérios utilizados para avaliar seus alunos, a professora declarou que os mesmos eram avaliados com “leitura, escrita, pesquisas e atividades”. Percebe-se, com isso, que a docente demonstrou desconhecer o que sejam critérios de avaliação confundindo-os com instrumentos avaliativos. A esse respeito, Demo afirma que

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos, etc. Daí os critérios de avaliação, que

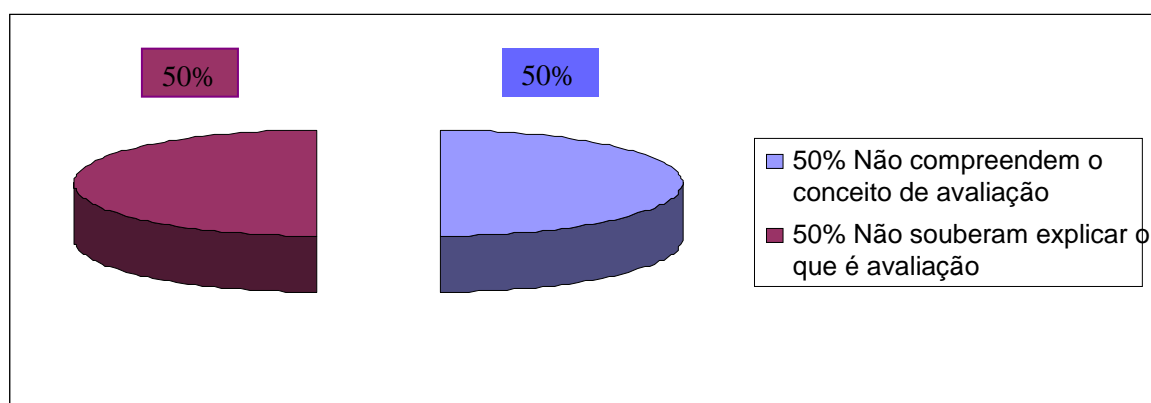
condicionam seus resultados e sejam sempre subordinados à finalidade e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999 p. 01)

Uma dificuldade citada pela professora em relação à avaliação das aprendizagens dos estudantes refere-se à “falta de acompanhamento/compromisso dos pais em relação ao desempenho dos filhos”. Esse fator, segundo a interlocutora, causa grande dificuldade no desenvolvimento cognitivo dos alunos e acaba interferindo no resultado das notas no final de cada bimestre. Mesmo com a falta de acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos a docente acredita que os critérios que utiliza para aprovar/reprovar os alunos devem ser adequados às suas necessidades independente de algum auxílio da família e de maneira que não prejudiquem a aprendizagem.

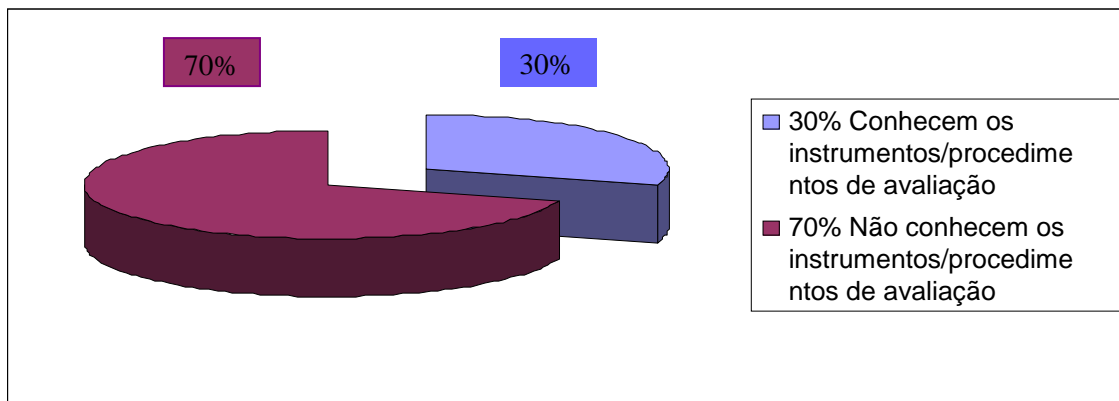
Não se pode negar a grande importância do acompanhamento da família para o desenvolvimento do aluno. No entanto, a falta desse acompanhamento não exime da escola o dever de cumprir seu papel de ensinar, por meio o desenvolvimento de um trabalho de qualidade buscando, junto à equipe de coordenação pedagógica, meios para atender as necessidades dos alunos a fim de promover o avanço de todos.

5.3 ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A PRÁTICA AVALIATIVA

A análise dos questionários dos alunos também traz representações nem sempre consoantes com uma avaliação de cunho formativo. Enquanto 50% dos alunos questionados a respeito de avaliação informaram que a avaliação é apenas um instrumento que os avalia e se reflete nas notas que vão aprová-los ou reprová-los os outros 50% não conseguem definir o que é avaliação. Isso demonstra não haver clareza por parte dos estudantes quanto ao sentido de um processo avaliativo que contribua para sua formação. Isso pôde ser percebido por meio das seguintes respostas dos alunos “uma forma de ganhar notas” ou “é muito importante para as pessoas passarem de série e aprender.”



Os instrumentos/procedimentos de avaliação utilizados pela professora são também conhecidos por grande parte dos alunos, que apontaram os mesmos citados pela professora como a “leitura, escrita, pesquisas e atividades”. Por outro lado, uma parte significativa dos estudantes não soube informar por meio de quais instrumentos eram avaliados.



A falta de conhecimento por parte dos alunos em relação à forma como são avaliados costuma ser comum no meio escolar, o que pode ser indicativo de falta de envolvimento nas discussões e decisões referentes à organização do trabalho de sala de aula. Dessa forma, o aluno demonstra estar excluído desse processo, deixando de constituir um agente participante e transformador de sua própria aprendizagem. Ramos (2012) afirma que “o importante é que o aluno entenda como está sendo avaliado, entenda por meio de quais critérios está sendo avaliado, que o resultado seja explicado, discutido com ele e não apenas comunicado através de uma nota.” O discente deve ter o direito de compreender quais os instrumentos pelos quais será avaliado, qual os objetivos da avaliação para que seja um agente ativo do processo de construção de suas aprendizagens.

Estabelecer critérios de avaliação é de grande importância, uma vez que servirão de parâmetro no momento de verificar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Isso significa que eles devem ser definidos no planejamento do ensino e devem convergir com os objetivos propostos. Além disso, os critérios devem ser claros e objetivos devendo ser revistos caso os resultados não estejam de acordo com o esperado possibilitando um feedback para correção de possíveis falhas no processo.

A avaliação é um processo fundamental na prática educativa. Dessa forma, o docente deve ter cuidado para não utilizá-la com o fim de classificar, selecionar os alunos, e com isso, colocar a prática avaliativa à serviço da exclusão social. Pelo contrário, ela deve ser utilizada como meio de inclusão, contribuindo para a aprendizagem de todos. Para isso deve propiciar, ao

professor e à escola, o feedback necessário à reorganização do trabalho pedagógico em favor da melhoria da qualidade do ensino. O feedback deve indicar as possíveis alterações a serem realizadas nos métodos, objetivos, e se possível até uma revisão do plano de ensino de sala de aula e de toda a escola.

5.4 A INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO SOBRE O COMPORTAMENTO DOS ALUNOS

Outro importante fator verificado no questionário da professora é que ela apontou alguns aspectos do comportamento dos alunos como os principais fatores que ocasionavam a reprovação escolar. Dessa forma, a avaliação se tornava também uma forma de conceder relações “poder” à professora, que a utilizava para ameaçar os alunos, rotulando-os em bons e maus alunos e controlar o comportamento da turma, pois a maioria dos estudantes costumava demonstrar medo da nota que iria obter.

A análise desse contexto indica que a avaliação costuma ser utilizada como um instrumento de ameaça pela professora interlocutora do estudo, e o medo o sentimento que regia a relação professor-aluno. Desse modo, a avaliação, que deveria ser utilizada em favor das aprendizagens dos estudantes, era utilizada como instrumento controlador da disciplina.

De instrumento de diagnóstico para o crescimento, a avaliação passa a ser um instrumento que ameaça e disciplina os alunos pelo medo. De instrumento de libertação, passa a assumir o papel de espada ameaçadora que pode descer a qualquer hora sobre a cabeça daqueles que ferirem possíveis ditames da ordem escolar. (LUCKESI, 2005, p. 40).

De acordo com o autor, muitas vezes o aluno sente medo de ser avaliado porque, se sente ameaçado pelo professor que utiliza a avaliação como forma de coerção para manutenção da disciplina em sala de aula. Assim, ele mantém seu poder em sala, deixando de canalizar o processo avaliativo para o seu principal objetivo que é promover as aprendizagens dos estudantes.

Reafirmando o que disse Luckesi (idem), a avaliação deveria servir para libertar, ou seja, o aluno deveria sentir prazer, alegria em mostrar o que aprendeu e à vontade para evidenciar o que ainda não foi aprendido, a fim de que, junto com o professor, possa encontrar formas de prosseguir aprendendo. Mesmo considerando as mudanças pelas quais a educação vem passando nos últimos anos, infelizmente essa ainda não é uma realidade comumente percebida em nossas escolas.

Embora a professora não tenha demonstrado esse comportamento durante o tempo de observação, sua declaração de que alguns de seus alunos são reprovados em função do comportamento que apresentam em sala de aula, ela acaba os punindo por meio da avaliação de utiliza. Mais uma vez a avaliação está sendo utilizada com propósitos diferentes do subsídio à aprendizagem. Esse problema sugere dificuldade da docente em conduzir o processo de ensino-aprendizagem sem utilizar-se de subterfúgios para obter a ordem em sala de aula. Indica ainda, a falta de objetivos claros que norteiem o seu trabalho.

Nem sempre o professor tem definido os objetivos que quer alcançar com seus alunos. Nesse sentido, a avaliação muitas vezes tem sido utilizada mais como instrumento de poder nas mãos do professor, do que como feedback para os seus alunos e para o seu próprio trabalho. (ADAMUZ, 2013, p.1)

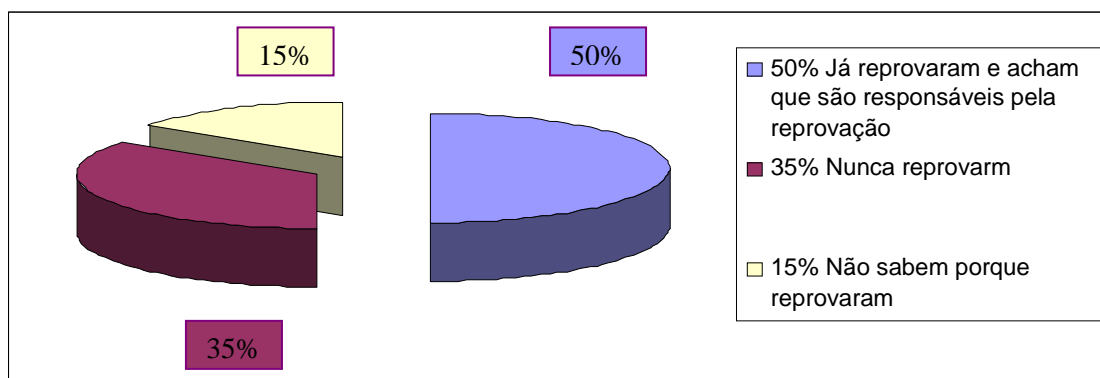
Desse modo, as dificuldades por parte da professora em conduzir o processo avaliativo escolar podem ser decorrentes da falta de clareza quanto aos seus objetivos de ensino. Diante desse desconhecimento, o docente se utiliza de práticas avaliativas que punem e classificam, enquanto o seu principal objetivo deveria ser o de promover as aprendizagens dos estudantes.

Para a realização da difícil tarefa de avaliar formativamente os alunos, os professores da EMDB podem contar com o apoio do Coordenador Pedagógico, cujo trabalho pode contribuir para a organização e o desenvolvimento harmonioso das atividades pedagógicas. Sendo o coordenador pedagógico um profissional dinâmico que se preocupa em estar constantemente se qualificando profissionalmente, reúne condições favoráveis ao cumprimento e suas funções, incluindo o subsídio aos professores, atendendo-o em suas demandas e, conseqüentemente, auxiliando-o no desenvolvimento de sua prática avaliativa em sala de aula. O coordenador pedagógico deve, portanto, ser um assessor permanente do corpo docente, acompanhando e auxiliando a equipe docente durante o planejamento levando sugestões de atividades diferenciadas e de instrumentos e procedimentos de avaliação, na construção de projetos que serão desenvolvidos durante o ano letivo, providenciando os meios para desenvolvê-los e informando sobre novidades ou mudanças que porventura surjam.

5.5 POR QUE A MAORIA DOS ALUNOS SE CULPA PELA SUA REPROVAÇÃO?

A percepção dos alunos a respeito da reprovação coincide, em parte, com a demonstrada pela professora e está em consonância com uma lógica avaliativa excludente. Embora não tenham se referido aos pais como co-responsáveis pelas reprovações, os estudantes, assim como a professora, se culpam pelos insucessos no processo de aprendizagem quando afirmaram “Eu reprovei porque não prestava atenção nem estudava para as provas” ou “Porque não prestei atenção na hora em que estava explicando”.

Segundo os estudantes, 50% deles já reprovaram e se consideram responsáveis pela reprovação, conforme desvela o gráfico a seguir:



Essa realidade percebida no contexto escolar investigado reforça o que nos diz Jacomini (2009, p. 565) quando afirma que a reprovação tem sido historicamente, a solução adotada e legitimada pela escola para lidar com os alunos que não apresentam desempenho escolar adequado. A autora (idem) afirma ainda que essa solução tende a responsabilizar de forma unilateral os alunos e os pais, especialmente os das classes populares, pelo desempenho escolar, transformando um problema que é social e educacional em questões individuais vinculadas à capacidade ou ao empenho de cada um.

Embora, o aluno tenha um importante papel no processo de ensino-aprendizagem não pode ser responsabilizado pelo resultado negativo, ou seja, por sua reprovação. A escola, como principal responsável pela educação formal dos estudantes deve, a partir das avaliações que realiza rever e repensar a reorganização do trabalho pedagógico que desenvolve visando corrigir as prováveis deficiências aí encontradas.

Com base na análise do Regimento Escolar, da Proposta Pedagógica da escola e das respostas dos questionários foi percebido que a forma como a professora avaliava seus alunos estava de acordo como exigido nos referidos documentos. O Regimento Escolar (Escola Municipal Diogo Botelho) determina no Artigo 69º que a avaliação do aproveitamento cognitivo tem em vista os objetivos do Currículo Pleno, realizada por meio de trabalhos, pesquisas, avaliações individual ou em grupo, observação do desempenho do aluno, auto avaliação, bem como, de outros instrumentos pedagogicamente definidos pelo Conselho de Classe ou Conselho Escolar.

Foi possível verificar por meio das declarações expressas nos questionários aplicados que a professora avaliava os alunos por meio de instrumentos variados como “trabalhos individuais e em grupos, provas, testes, produção de texto e debates”, conforme estabelecido no Regimento. Para metade dos alunos eles reprovavam por que falta interesse e porque brincam muito. Dessa forma, eles demonstravam possuir uma concepção tradicional de avaliação entendida como recurso utilizado para medir o que o aluno aprendeu e, por isso, assumem sozinhos a culpa por sua própria reprovação. Observou-se esse sentimento por meio de afirmativas como: “Porque eu não estudava e brincava muito” e “Porque eu brincava demais na sala de aula”.

Essa é uma realidade bastante comum atualmente, mas que ainda pode ser transformada. Diferente disso, os alunos deveriam perceber a avaliação como forma de identificar seus avanços e dificuldades para que pudessem ser atendidos em suas necessidades no decorrer do ano letivo. Segundo Luckesi (1998, p. 34):

O ato de avaliar, por sua constituição não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois não se trata de um processo decisório. A avaliação se destina ao diagnóstico e por meio da mediação transforma promovendo a inclusão, a melhoria do ensino e da própria de vida. Constitui, portanto, um ato de afeto e de amor. (LUCKESI, 1998, p.34).

O autor defende que a avaliação não deve ser usada para medir e julgar os alunos, e sim como um meio para que a professora consiga identificar suas dificuldades e auxiliá-los no sentido de encontrar meios que favoreçam o

progresso de suas aprendizagens. Entendendo a prática avaliativa dessa forma é possível construir uma aprendizagem que gere significado para o aluno e ele não compreenda a avaliação apenas como instrumento de aprovação ou reprovação.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada possibilitou observar distorções na compreensão e na condução da avaliação das aprendizagens realizada em sala de aula. No caso da professora estudada foi observado que o entendimento parcialmente distorcido da avaliação formativa indica falta de conhecimento da Proposta Pedagógica da escola, uma vez que esta defendeu essa forma de avaliar. Esse problema pode estar associado à imposição, por parte da escola de um Projeto Político Pedagógico construído sem o envolvimento dos professores, levando-os a atuar como meros executores dessa proposta e, em consequência disso, não aplicá-lo adequadamente. Entende-se que, sujeitos conscientes e participativos na elaboração do Projeto Político Pedagógico escolar podem compreender melhor o processo de ensino aprendizagem e seus resultados buscando um melhor resultado na aprendizagem de seus alunos.

Observou-se que a prática pedagógica da professora colaboradora do estudo possuía ainda características de cunho tradicional. Nesse tipo de prática, a avaliação é utilizada apenas como um instrumento de mensuração e para classificar o aluno para decidir sobre sua aprovação ou reprovação. Esse tipo de avaliação compromete a aprendizagem do educando à medida que imputa ao aluno a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso escolar.

Sugere-se conforme afirma Lukesi (1998), que a avaliação se destine ao diagnóstico e promova a melhoria do ensino. Acredita-se que as melhorias possam acontecer a partir do momento que a avaliação sirva de subsídio para a reflexão da prática pedagógica e seja utilizada como recurso auxiliar para a promoção das aprendizagens. Dessa forma, o professor assume sua responsabilidade pelos resultados obtidos na avaliação e atua como agente de promoção de melhoria do processo não imputando somente ao aluno e/ou à sua família a responsabilidade pelo fracasso escolar. Esse problema sugere dificuldade da docente em conduzir o processo de ensino-aprendizagem sem utilizar-se de subterfúgios para obter a ordem. Reflete ainda, falta de objetivos claros que norteiem o seu trabalho, conforme afirma, o autor:

Nem sempre o professor tem definido os objetivos que quer alcançar com seus alunos. Nesse sentido, a avaliação muitas

vezes tem sido utilizada mais como instrumento de poder nas mãos do professor, do que como feedback para os seus alunos e para o seu próprio trabalho. (ADAMUZ, 2013, p.1)

Outra deficiência percebida no processo de avaliação desenvolvido pela professora pesquisada e identificada a partir dos depoimentos dos alunos foi o desconhecimento, por parte deles dos critérios utilizados para avaliá-los. Esse procedimento indica exclusão dos estudantes desse processo, o que os tornam agentes passivos na construção do conhecimento. Sugere-se que, a docente deixe claro aos educados os critérios de avaliação permitindo a participação efetiva dos mesmos.

Um fato evidenciado é que a metade dos alunos entendia a avaliação como um instrumento para a aprovação ou reprovação. Para que a avaliação passe a ser percebida como algo positivo, sugere-se que a docente não a utilize com o fim de classificar ou selecionar os alunos, mas como meio de inclusão. Para isso, a professora deve estar atenta à forma como trata a avaliação e o que faz com o resultado obtido pelos alunos ao longo do processo canalizando-os no sentido de promover a melhoria do processo de aprendizagem.

Foi percebido também que a avaliação foi utilizada, em alguns momentos, como um instrumento de ameaça, controlador da disciplina tendo um caráter coercitivo. Essa dificuldade da docente em conceber a avaliação em favor do aluno ao invés de tomá-la como forma de coerção pode também estar associada ao desconhecimento do Projeto Político Pedagógico da escola que defende uma avaliação comprometida com as aprendizagens do educando.

Segundo os estudantes, 50% dos alunos já haviam reprovado e se consideravam responsáveis pela reprovação, fato comumente visto nas escolas. A responsabilidade do professor de ensinar a todos fica desse modo, suprimida, e repassada aos pais e alunos que se tornam “culpados” pela reprovação e conseqüente fracasso escolar. Embora, o aluno seja um agente essencial no processo de ensino-aprendizagem e sua participação ativa é de extrema importância para o sucesso escolar, não pode ser responsabilizado por seu insucesso, uma vez que a escola é a principal responsável, devendo

repensar suas estratégias de ensino, visando possibilitar a aprendizagem de todos.

Por fim, a escola deve ser uma instituição que vise à formação para a transformação. Por isso, deve canalizar a avaliação no sentido da inclusão e não da classificação e exclusão. A avaliação deve favorecer as aprendizagens e conseqüentemente, o avanço nos anos escolares por meio da aprovação entre as séries. Deve ser um recurso por meio do qual o professor possa identificar as dificuldades dos alunos e auxiliá-los com adoção de medidas que favoreçam o progresso de suas aprendizagens. Dessa forma, a reprovação não constituirá mais um problema alarmante no bojo da educação escolar brasileira e a aprovação será apenas uma conseqüência do desenvolvimento natural do educando.

ADAMUZ, Regina Célia. **Avaliação Escolar: Uma Reflexão**. Disponível em<<http://www.unopar.br/portugues/revfonte/artigos/7avaliacao/7avaliacao.html>> Acesso em 16/04/2013.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6ª Edição, Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

ESTEBAN, M.T. **A avaliação no cotidiano escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FIGUEIREDO, Patrícia da Motta Vieira. **Estruturação do Trabalho Acadêmico-Científico: O Projeto**. Mackenzie - Rio de Janeiro, 2009. Disponível em<<http://www.mackenzie-rio.edu.br/pdf/estruturacao.pdf>>. Acesso em 30 Jan 2013.

HAYDT, R.C. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo. Ática, 1995.

JACOMINI Márcia Aparecida. **Educar sem reprovar: desafios de uma escola para todos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.3, p. 557-572, set./dez. 2009.

JANSSEN, Felipe da Silva. **Avaliar... O quê? Quem? Como? Quando?** Revista TV Escola, nº29*/ outubro 2002.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Lei nº9.394, de 24 de dezembro de 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências Pedagógicas na prática Escolar**. ANDE, Nº6, 2002 p.17.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 8ª Edição São Paulo Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, Maria das Graças Gomes, Brugalli, Marlene, Porto Alegre: Mercado aberto, 2000.

RESOLUÇÃO CEE/CP N. 5, de 10 de junho de 2011.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO À PROFESSORA**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
PÓS-GRADUAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida no curso de Pós-graduação em Coordenação Pedagógica Universidade de Brasília e a sua colaboração é importantíssima. Aqui você encontrará questões relacionadas à avaliação, aprovação e reprovação dos seus alunos.

Trata-se de uma pesquisa, portanto não existem respostas certas ou erradas. O importante é a sua opinião sincera. Procure responder todo o questionário, lembrando que não é necessário se identificar e que suas respostas serão mantidas em sigilo.

Desde já agradeço sua contribuição.

Glaucilene

a – O que você entende por avaliação?

b- Quais os tipos de instrumentos e/ou procedimentos de avaliação você utiliza para avaliar seus alunos?

c-Que critérios você estabelece para avaliar os seus alunos?

d-Você considera esses instrumentos e/ou procedimentos de avaliação adequados para evidenciar o que o aluno aprendeu e o que ainda não aprendeu?

e-Que fatores dificultam o seu trabalho em relação à avaliação dos seus alunos?

f- O que você pensa sobre a aprovação e a reprovação dos estudantes?

h- Que relação você percebe entre a avaliação que desenvolve e a aprovação e reprovação de seus alunos?

Para concluir o questionário, preciso de alguns de seus dados pessoais e profissionais, mas lembre-se: **não** é necessário identificar-se.

- 1) Grau de escolaridade: _____
- 2) Anos de exercício no magistério: _____ anos
- 3) Ano de escolaridade que está atuando: _____

Mais uma vez obrigada por sua colaboração,

Glaucilene

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
PÓS-GRADUAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Esse questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida no curso de Pós-graduação em Coordenação Pedagógica Universidade de Brasília e a sua colaboração é importantíssima. Aqui você encontrará questões relacionadas à avaliação, aprovação e reprovação que acontece todos os anos nas séries em que você estuda.

Trata-se de uma pesquisa, portanto não existem respostas certas ou erradas. O importante é a sua opinião. Procure responder todo o questionário, lembrando que não é necessário se identificar e que suas respostas serão mantidas em sigilo.

Desde já agradeço sua contribuição.

Glaucilene

a – O que você entende por avaliação das aprendizagens?

b - Você sabe quais os instrumentos e/ou procedimentos sua professora utiliza para avaliar suas aprendizagens?

c- O que é feito com as atividades avaliativas depois de devolvidas as para a turma?

d-Você gosta do modo como é avaliado? Por quê?

e- Você acha que suas notas refletem o que aprendeu?

f- Qual seria, na sua opinião, o modo adequado para avaliar as aprendizagens dos estudantes?

g-Em casa você tem horários disponíveis para se dedicar ao seus estudos?

h-Você já reprovou? Em caso afirmativo, que você acredita que o levou a reprovar?

Para concluir o questionário, preciso de alguns de seus dados pessoais , mas lembre-se: **não** é necessário identificar-se.

1)Idade:_____

2)Série que está cursando: _____

Mais uma vez obrigada por sua colaboração,

